



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Itaperuna

Câmara Municipal de Itaperuna

REGISTRO DE DOCUMENTOS

PROCESSO N°: 000329/2025 DATA: 11/04/2025

DISCRIMINAÇÃO:
Recurso à Comissão de Licitação

REQUERENTE:
TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMEN

EMENTA:
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N°
01/2025.

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) PODER LEGISLATIVO DE
ITAPERUNA - RJ**

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
PROJ. Nº 0329
Fls. 02
Assinatura: Bm

Chamamento Público nº 01/2025

TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 00.604.122/0001-97, com sede à Av. Jacarandá, n.º 200, Bairro Jaraguá, CEP: 38413-069, na cidade de Uberlândia/MG, vem, por seu Procurador abaixo assinado, não se conformando com parte do Edital em epígrafe, oferecer sua **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

I. FATOS

1. A Impugnante atua com forte destaque em âmbito nacional no mercado de gerenciamento de cartões alimentação, refeição, gestão de frota, convênios e manutenção veicular, fazendo sempre uso de sua marca Valecard®, muito conhecida e respeitada no meio em que atua.

2. Assim, deseja participar do Pregão Eletrônico cujo objeto é:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente credenciamento é a **prestação do serviço de administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de VALE ALIMENTAÇÃO**, na forma de créditos a serem carregados em cartão magnético em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores ativos da Câmara Municipal de Itaperuna, para uso em estabelecimentos comerciais credenciados, como meio de pagamento para a aquisição de gêneros alimentícios, em obediência ao disposto na Resolução CMI Nº 556 de 14 de março de 1995, desta Casa de Leis.

3. Ocorre que, ao analisar o edital do certame verificou-se a existência de cláusula restritiva à participação de diversas interessadas no certame, mormente no que tange à exigência de comprovação de que a vencedora possua preposto, matriz, filial ou escritório comercial no local da contratante.

4. Como tal proceder pode comprometer o atingimento da principal finalidade licitatória a seleção da proposta mais vantajosa, busca esta Impugnação a retificação do instrumento convocatório.

II. DIREITO

II.1. A INDEVIDA EXIGÊNCIA DE POSSUIR PREPOSTO E ESTRUTURA NO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS – AFRONTA À LEGISLAÇÃO VIGENTE

5. Consta no Termo de Referência a seguinte exigência:

4. – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'd' E 'f' da Lei nº 14.133/2021)

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. O contrato deverá ser executado por ambas as partes, de acordo com as cláusulas pactuadas, bem como as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá por eventual descumprimento total ou parcial do mesmo.

4.2.1. O contratado deverá manter preposto para representá-lo na execução do contrato e, quando exigido, no local da prestação do serviço.

Figura 1 - Exigência de preposto local

6. Com a devida vênia, tal exigência não merece prevalecer, senão vejamos.

7. A exigência de que a empresa contratada mantenha preposto aceito pela Administração no local da execução do contrato, como obrigação contratual, não se mostra legal, pois **o importante e essencial é que a licitante vencedora tenha condições técnicas e operacionais de prestar os serviços.**

8. Não enseja dúvidas que a Lei de Licitações e Contratos admita a previsão em instrumentos convocatórios de cláusulas ou condições, todavia, conteúdo tal qual o questionado, vez que indubitavelmente discriminatório, prejudica o caráter competitivo da licitação.

9. A doutrina e a jurisprudência são uníssonas no sentido de que toda e qualquer exigência dos editais de procedimentos licitatórios deve ser proporcional ao objeto que está sendo colocado em disputa, para tanto, analisamos o Acórdão 1757/2022:

Acórdão 1757/2020 plenário (Representação, Relator Ministro Bruno Dantas) Licitação.

Competitividade. Restrição. Exigência. Escritório. Local. **É irregular a exigência de que o contratado instale escritório administrativo, ou outro tipo de estrutura física, em localidade específica sem a demonstração de que tal medida seja imprescindível à adequada execução do objeto licitado**, devido ao potencial de restringir o caráter competitivo da licitação, afetar a economicidade do contrato e ferir o princípio da isonomia (art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 e arts. 5º e 9º, inciso I, alíneas a, b e c, da Lei 14.133/2021).

10. Neste mesmo sentido, já se pronunciou diversas vezes o Tribunal de Contas da União:

SÚMULA TCU 263: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

[...]

As exigências de atributos técnicos inseridas no edital devem ser absolutamente relevantes e proporcionais ao fim que se busca atingir com a realização da licitação, isto é, pertinentes para o específico objeto que se intenta contratar. Para se legitimar determinada restrição em processo licitatório, deve ser apresentada a devida justificativa técnica e/ou econômica para tal. **Acórdão 445/2014-Plenário.**

[...]

As exigências de habilitação devem guardar proporcionalidade com a dimensão e a complexidade do objeto licitado, de modo a proteger a Administração Pública de interessados inexperientes ou incapazes para prestar o serviço desejado. **Acórdão 4914/2013-Segunda Câmara.**

11. Em relação ao tema em questão, em recentes impugnações, os responsáveis pela condução do processo licitatório têm proferido as seguintes decisões a qual respaldam sobre necessidade de exclusão da obrigatoriedade da presença de preposto no local. Vejamos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA - PE 063/2024

3. DA FUNDAMENTAÇÃO

Quanto à alegação de ilegalidade do instrumento convocatório em virtude de exigência dos itens 1.1.4 e 16.4,4.1 citados acima, foi constatado que as exigências não se enquadram quanto ao objeto ora licitado:

Acórdão 1757/2020 plenário (Representação, Relator Ministro Bruno Dantas) Licitação. Competitividade. Restrição, Exigência. Escritório. Local. É irregular a exigência de que o contratado instale escritório administrativo, ou outro tipo de estrutura física, em localidade específica sem a demonstração de que tal medida seja imprescindível à adequada execução do objeto licitado, devido ao potencial de restringir o caráter competitivo da licitação, afetar a economicidade do contrato e ferir o princípio da isonomia (art. 30, caput e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 e arts. 5º e 9º, inciso I, alíneas a, b e c, da Lei 14.133/2021).

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

- I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:
- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
 - b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
 - c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato,

4. DA DECISÃO

Tendo em vista os argumentos apresentados pela licitante, bem como os fundamentos aqui demonstrados, **conheço da impugnação, por tempestiva para, no mérito, dar-lhe provimento, procedendo a retificação do edital, com a exclusão dos itens referidos** (g. nossos)

Conquista, 31 de janeiro de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA – CREDENCIAMENTO 01/2025

Em breve relato a impugnante, alega que ao verificar o referido Edital, existe cláusula restritiva à participação devido a exigência de comprovação de que a vencedora possua preposto, matriz, filial ou escritório comercial no local da contratante, já que a principal finalidade licitatória é a seleção da proposta mais vantajosa, requerendo assim a retificação do instrumento convocatório

DA ANÁLISE E JULGAMENTO:

Dos fatos alegados pela impugnante, salientamos que o referido subitem 9.6 consta apenas na Minuta do Contrato – Cláusula Nona - Obrigações do Contratado, este anexo ao Edital, em análise verifica-se tratar de um erro

formal sendo possível sua correção visto que os termos estabelecidos no edital serão preservados. Sendo assim, será realizada a alteração com a exclusão deste do Anexo VII - Minuta de Termo de Contrato do Edital e republicado, mantendo inalterado o prazo de vigência do edital.

No entanto em relação ao argumentado sobre o subitem 9.7. - Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato, é necessário sim a Administração Pública a manutenção de um preposto, porém, desde que negociado e bem justificado, este será aceito por atendimento via on-line, desde que venha a suprir toda a demanda exigida da administração, sanando assim, todas as dúvidas e necessidades que vierem surgir durante a execução contratual.

Ademais, as alterações em questão não restringem em nada o caráter competitivo do certame, muito menos desestimular a participação das empresas.

DECISÃO:

Em face ao exposto, conheço o pedido de Impugnação apresentada pela empresa TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 00.604.122/0001-97, por ser tempestiva, e, no mérito decide-se **DAR PROCEDENCIA A IMPUGNAÇÃO APRESENTADA, tudo nos termos da fundamentação supracitada, devendo alterar a Minuta do Contrato presente no Edital retirando o item 9.6, devendo o Edital ser republicado, corrigindo assim as irregularidades, contudo não será alterada o prazo de vigência deste.** A resposta a presente impugnação será devidamente divulgada nos portais desta municipalidade. (g. nossos)

Guaíra/SP, 11 de fevereiro de 2.025.

12. Portanto, as decisões acima mencionadas demonstram que a exigência de presença de preposto no local contraria a legislação vigente, configurando-se em uma imposição que viola princípios constitucionais da Administração Pública.

13. No caso em tela, verifica-se claramente que o alvo da licitação é "contratação de serviços continuados de administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de VALE ALIMENTAÇÃO, na forma de créditos a serem carregados em cartão magnético em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores ativos da Câmara Municipal de Itaperuna, para uso em estabelecimentos comerciais credenciados, como meio de pagamento para a aquisição de gêneros alimentícios, em obediência ao disposto na Resolução CMI Nº 556 de 14 de março de 1995"

14. Salientamos que exigir manter preposto da empresa no local da execução do objeto é exigência capaz de desestimular a participação de diversas empresas que atuam neste mercado visto que não serão capazes de arcar com os custos para tanto! Mormente no caso

em tela que existe enorme grau de subjetividade na própria escolha do preposto, o que é vedado pela legislação em vigor.

15. **Ora, o vencedor irá executar apenas e tão somente a administração, gerência, emissão, distribuição e fornecimento. Isto importa dizer que os serviços que serão efetivados com o uso dos cartões não serão prestados diretamente pela licitante vencedora, mas sim por sua Rede Credenciada.**

16. Esse serviço de administração/controle pode, e costumeiramente é, ser prestado à distância, haja vista que sua execução é via sistema *online*.

17. Não há, diante disto, razão técnica e/ou fática que justifique a exigência de a licitante vencedora manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

18. Trata-se de exigência que onera excessivamente os particulares, fazendo com que o resultado de seus custos de transação seja aumentado, o que influenciará imediatamente os preços.

19. Ainda, o entendimento do Tribunal de Contas da União é no sentido de que exigências semelhantes não devem ser mantidas ainda que se destinada à vencedora do certame, conforme acórdão:

Acórdão 1416/2009 - Plenário

Voto do Ministro Relator

Anuindo aos pareceres da 2ª Secex, deixo de acolher, também, a justificativa de que a indicação do escritório do licitante em Brasília não representa exigência excessiva, uma vez que para o alcance dos objetivos pretendidos pela EMGEA a proximidade entre contratante e contratada e fiscalização dos estabelecimentos comerciais credenciados seria suficiente a permanência de um representante da contratada no Distrito Federal. (...)

Acórdão 43/2008 - Plenário

Vistos, relatados e discutidos estes autos Representação encaminhada pela empresa Planinvesti Administração e Serviços Ltda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 113, § 1º, c/c art. 237, VII, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. determinar à Infraero que, em suas licitações para contratação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de documentos de legitimação, refeição e alimentação, se abstenha de:

(...) 9.2.4. exigir que a vencedora disponha de escritório em localidade específica, requisito que limita o caráter competitivo do certame e macula o princípio de isonomia previsto no art. 3º da Lei 8.666/1993;

20. Os serviços prestados pela empresa licitante prescindem de posto de atendimento fixo na localidade da prestação de serviço, ou mesmo que se mantenha preposto aceito pela Administração no local do serviço, tendo em vista que se é disponibilizado um atendimento via *call center* para atender o órgão licitante em eventuais necessidades.

21. **Imaginemos uma empresa que presta serviço em mais de 200 (duzentos) entes públicos espalhados pelo país ou em todos os Estados da Federação. Não é razoável a imposição de manter preposto da empresa no local da execução do objeto. Imaginemos o quanto isto seria oneroso para tais empresas.**

22. Assim, por óbvio, a exigência disposta no item impugnado beneficia aquela empresa que já presta serviço ao órgão licitante ou que possui efetivamente matriz, filial ou escritório comercial neste Município/Estado, ou aquelas que atuam tão somente nesta região, restringindo sobremaneira o caráter competitivo do certame.

23. **É restrição por via oblíqua ou indireta pelo local da atuação da empresa, violando o pacto federativo.**

24. Por esta razão a referida exigência afronta os princípios da isonomia, da razoabilidade, da proporcionalidade e da competitividade, uma vez que limita a participação de diversas empresas que tem condições de honrar a execução, mas que não atuam previamente nesta cidade e tampouco podem arcar com o ônus de manter matriz, filial ou escritório comercial fixo no local unicamente para atender este Órgão, posto que o serviço pode ser prestado com excelência pela disponibilidade de Representante, bem como pelo *Call Center*.

25. A doutrina e a jurisprudência apontam tal exigência como sendo uma ilegalidade frente ao disposto na art. 9ª, inciso I da Lei nº 14.133/2021:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

26. Nestes casos, o correto e o praticado pelos demais órgãos da Administração em todos os seus **níveis é exigir da licitante que vier a se consagrar como vencedora a disponibilidade de Representante na Região, o qual estará apto a atender o Contratante naquilo que o Call Center não o puder.**

27. Neste sentido é ainda o entendimento do Tribunal de Contas da União:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, e diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 43 da Lei nº 8.443/92 e art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, em:

9.1. conhecer da presente representação;

9.2. indeferir o pedido de medida cautelar para a suspensão do certame;

9.3. no mérito, considerar a representação procedente;

9.4. determinar à Eletronuclear que, em novas licitações, **observe o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e o art. 30, § 5º, da Lei nº 8.666/93, deixando de fazer exigências dispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, em especial a de comprovação de atividade em local específico para a qualificação técnica do licitante, que restringe a competitividade do certame e fere a sua isonomia;**

Acórdão 842/2010 – Plenário. Dou 07/05/2010.

28. A Administração Pública deve limitar seus atos àquilo que estiver previsto em lei. O administrador não tem liberdade de tomar medida, ação ou decisão com liberalidade e livre arbítrio, sem o devido amparo legal.

29. No entanto, no que tange a exigência de que a contratada possua escritório no local da contratante exclusivamente para atender ao órgão licitante, limita e impede a participação de sociedades empresariais que poderiam prestar os serviços com a qualidade exigida.

30. **Havendo restrição injustificada à competitividade, o alcance da proposta mais vantajosa fica comprometido, uma vez que menos potenciais licitantes irão se preparar para a disputa. Esse obstáculo se refletirá diretamente nos preços a**

serem apresentados, dada a redução da concorrência. Evidente o prejuízo aos cofres públicos.

31. Ressalta-se, por fim, que a alteração da exigência não impactará na excelência do serviço a ser prestado, dado que sua **execução é via sistema informatizado**, podendo ser gerenciado de qualquer local do país.

32. Inclusive, informamos que em Processo Licitatório recente, realizado pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, no Pregão Eletrônico nº 024/2022, foi apresentada impugnação em moldes idênticos ao caso em tela, onde o Pregoeiro, prezando pela competitividade e vantagens que podem vir a ser proporcionadas assim decidiu:

Prezados, bom dia. Agradecendo a contribuição para ampla competitividade do certame em voga, informamos que em sede de esclarecimentos e impugnação tais pontos já foram abordados e acatados pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão. Acrescentamos ainda, que o Pregão 24/2022, será republicado com abertura após tais alterações, pelo que declaramos acatado o pedido de impugnação apresentado.

O Item 9.12.3 do Edital foi suprimido, assim como a exigência de preposto domiciliado nesta capital do Termo de Referência.

33. Além disso, em julgado recente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no Mandado de Segurança nº 0810194-07.2021.8.14.0040 impetrado pela Impugnante em razão de exigências de matriz, filial ou escritório comercial no local do órgão contratante, assim se posicionou o juízo em sentença:

[...]

O cerne da questão é sabermos se a exigência constante no edital de licitação é razoável, na medida em que restringe o caráter competitivo da licitação. Nesse aspecto, assiste razão o autor.

Conforme já explicitado em decisão liminar, referida cláusula do edital, desconectada da execução do futuro contrato administrativo, mostra-se desproporcional, com elevado potencial de patrocinar interesses das empresas locais, em prejuízo da ampla e da irrestrita concorrência, além de ferir a legislação nacional e a jurisprudência sobre o assunto.

Ademais, o ente licitante não conseguiu demonstrar a razoabilidade de tal exigência, frustrando, dessa forma, o caráter competitivo da licitação e lesando, em tese, os cofres públicos, por afastar a proposta mais vantajosa para a Administração.

Ante o exposto, e por tudo que dos autos consta, **CONCEDO A SEGURANÇA para REMOVER AS EXIGÊNCIAS DESCRITAS NOS ITENS 18.12, 18.17**

e **18.19 do edital processo licitatório nº 8/2021-077-PMP.** (grifo nosso)

34. Assim sendo, conclui-se que se admitida a prestação dos serviços por particular que não possua preposto presencial, matriz, filial ou escritório no local da contratante. **Nenhuma das disposições do edital serão desrespeitadas e haverá o aumento da competitividade, resultando, por consequência, na redução dos preços ofertados.** O ganho é inequívoco!

35. Desta forma, o Edital deverá ser modificado para que lhe seja retirada a cláusula impugnada, excecando a obrigação da contratada manter preposto da empresa no local da execução do objeto, devendo ser exigido tão somente a existência de um Representante que possa atender a Região.

III. PEDIDO

36. Pelo exposto e do mais que nos autos consta, espera e requer a Vossa Senhoria a **PROCEDÊNCIA** da presente impugnação, para que seja modificando o Edital, com a exclusão da cláusula no item impugnado, excecando a obrigação manter preposto da empresa no local da execução do objeto, devendo ser exigido tão somente a existência de um Representante que possa atender a Região, restaurando assim a competitividade do certame.

37. Caso julgado improcedente a presente impugnação, o que admitimos apenas tendo em vista o princípio da eventualidade, desde já requeremos cópia do Procedimento Administrativo, com a respectiva Decisão Administrativa que motivou e justificou esta decisão, uma vez analisados seus fundamentos, serem tomadas as medidas necessárias. Para tanto, desde já se requer que tais cópias sejam encaminhadas para os e-mails abaixo informados, juntamente com a decisão da presente impugnação.

38. Requer, ainda, que todas as intimações, caso encaminhadas eletronicamente, sejam enviadas ao e-mail mercadopublico@romanodonadel.com.br com cópia para o e-mail licitacoes@valecard.com.br, e, caso encaminhadas em meio físico, sejam direcionadas ao endereço Avenida dos Vinhedos, 200, Ed. Gávea Office, conjunto 04, Bairro Morada da Colina, Uberlândia-MG, CEP 38.411-159.

Nestes termos, aguarda deferimento.

Uberlândia/MG, 9 de abril de 2025.

FERNANDO
TANNUS
NARDUCHI:8489286
2649

Assinado de forma digital
por FERNANDO TANNUS
NARDUCHI:84892862649
Dados: 2025.04.10
10:32:00 -03'00'

TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

Câmara Municipal de Itaperuna
COMPROVANTE DE DESPACHO

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
Nº 0329
13
AM

ORIGEM

Local (Setor): Protocolo da Câmara

Lote Nº: 78512

Responsável: LETICIA MACEDO SOARES DO PRADO MELLO

Data e Hora: 11/04/2025 14:49:19

Despacho: A Comissão de Licitação para os fins.

AM
Leticia Macedo Soares do Prado Mello
ENCARREGADO DO PROTOCOLO
MAT. 2.075-3 / PORT. 15 DE 09/04/15

Câmara Municipal de Itaperuna, 11 de abril de 2025

Protocolo da Câmara

PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO Nº - 329/2025 - Externo
Assunto: 001 - Gerais
SubAssunto: 062 - Recurso à Comissão de Licitação
Câmara Municipal de Itaperuna

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025.

RECEBIMENTO

Local (Setor): LICITAÇÃO

Responsável: _____

Câmara Municipal de Itaperuna, __ / __ / ____

LICITAÇÃO

Câmara Municipal de Itaperuna
COMPROVANTE DE DESPACHO

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
PROC. Nº 0329/2025
FLS: 14
RUBRICA: _____

ORIGEM

Local (Setor): LICITAÇÃO

Lote Nº: 78513

Responsável: Ricardo Botelho Moreira

Data e Hora: 11/04/2025 15:15:48

Despacho: A Procuradoria Jurídica para conhecimento e parecer.

O edital e anexos do Chamamento Público Nº 01/2025 encontram-se nos autos do Processo Nº 000181/2025, o qual encontra-se no PNCP e no sítio eletrônico <https://www.itaperuna.rj.leg.br/transparencia/licitacoes/171-chamamento-publico-no-001-2025>

* Fica esclarecido que a presente impugnação foi recebida no dia de ontem, 10/04/2025, no e-mail licitacaocmitaperuna@gmail.com, o qual foi encaminhado diretamente a Procuradoria Geral haja vista que o sistema de protocolo encontrava-se inoperante, razão pela qual os horários do protocolo estão sequenciados

Câmara Municipal de Itaperuna, 11 de abril de 2025



LICITAÇÃO

PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO Nº - 329/2025 - Externo
Assunto: 001 - Gerais
SubAssunto: 062 - Recurso à Comissão de Licitação
Câmara Municipal de Itaperuna

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025.

RECEBIMENTO

Local (Setor): Assessor Jurídico da CMI.

Responsável: _____

Câmara Municipal de Itaperuna, ___ / ___ / ____

Assessor Jurídico da CMI.

Câmara Municipal de Itaperuna
COMPROVANTE DE DESPACHO

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
PROC. Nº 0329
FLS: 15
RUBRICA: [assinatura]

ORIGEM

Local (Setor): **Assessor Jurídico da CMI.**
Lote Nº: **78516**
Responsável: **Luis Eduardo Machado Mattos**
Data e Hora: **11/04/2025 15:31:44**
Despacho: **Parecer jurídico em anexo.**

Câmara Municipal de Itaperuna, 11 de abril de 2025



Assessor Jurídico da CMI.

PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO Nº - 329/2025 - Externo
Assunto: 001 - Gerais
SubAssunto: 062 - Recurso à Comissão de Licitação
Câmara Municipal de Itaperuna

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025.

RECEBIMENTO

Local (Setor): **LICITAÇÃO**
Responsável: _____

Câmara Municipal de Itaperuna, __ / __ / ____

LICITAÇÃO



PARECER JURÍDICO

Processo Legislativo n° 00329/2025

Autor: Vereador Paulo Cesar da Silva

Assunto: Impugnação ao Edital – Chamamento Público n.º 01/2025 –
TRIVALE Instituição de Pagamento LTDA.

Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Itaperuna – RJ

Luis Eduardo Machado Mattos

Matrícula: 403687 – OAB/RJ 155.030

I. RELATÓRIO

Versa o presente sobre análise jurídica da impugnação apresentada pela empresa **TRIVALE Instituição de Pagamento LTDA.**, relativamente ao **Chamamento Público n.º 01/2025**, cujo objeto é a contratação de instituição especializada na administração, emissão e gerenciamento de vales alimentação, por meio de cartões magnéticos, a serem disponibilizados aos servidores ativos da Câmara Municipal de Itaperuna/RJ.

A impugnante requer a exclusão da cláusula contida no **item 4.2.1 do Termo de Referência**, alegando que a manutenção de preposto no local da execução contratual comprometeria a competitividade do certame, por representar exigência supostamente desproporcional e restritiva, em afronta aos princípios da isonomia, competitividade e razoabilidade previstos na **Lei n° 14.133/2021** e em julgados do **Tribunal de Contas da União (TCU)**. De

II. ANÁLISE JURÍDICA

2.1. Do conteúdo da cláusula impugnada

A leitura atenta do **item 4.2.1 do Termo de Referência** permite identificar que a cláusula impugnada **não impõe exigência absoluta ou prévia de estrutura física local ou de preposto permanente no município contratante**. Eis o teor da cláusula:

"O contratado deverá manter preposto para representá-lo na execução do contrato e, quando exigido, no local da prestação do serviço."



É de rigor observar que a exigência da presença física do preposto **está condicionada a uma demanda eventual e justificada pela Administração Pública**, tratando-se, pois, de uma previsão **discricionária e contingencial**, que visa garantir a efetividade da execução contratual, **sem configurar restrição injustificada à competitividade**.

2.2. Da legalidade da cláusula à luz da Lei nº 14.133/2021

A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) confere à Administração a faculdade de **prever mecanismos de controle e gestão da execução contratual**, como a manutenção de preposto pelo contratado (art. 6º, XXIII, alíneas "d" e "f"), desde que respeitados os princípios do interesse público, proporcionalidade e motivação.

É o que se infere do art. 11 da referida norma:

"As decisões e ações do agente público devem ser motivadas e compatíveis com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público."

Desse modo, a presença eventual de preposto em Itaperuna, quando **motivadamente requerida** pela Câmara Municipal, está **em plena conformidade com o ordenamento jurídico vigente**.

2.3. Da jurisprudência do TCU

Com efeito, os precedentes do **Tribunal de Contas da União** apontados pela empresa impugnante (v.g., Acórdãos nº 1757/2020, nº 842/2010 e nº 1416/2009) têm aplicação restrita aos casos em que os editais impõem **exigência prévia, obrigatória e permanente de estrutura física local**, o que, conforme se demonstrou, **não é a hipótese dos autos**.

O próprio TCU admite que **a exigência de preposto local é válida quando justificada pela natureza do serviço** ou pela necessidade de atendimento eficiente da Administração. Veja-se:

Acórdão nº 1736/2011 – Plenário/TCU:

"A exigência de manutenção de preposto local, quando demonstrada sua pertinência com a natureza do contrato e necessidade da Administração, não configura afronta aos princípios da isonomia ou da ampla competitividade."

2.4. Do interesse público e da gestão contratual

A previsão de que o contratado deverá manter preposto **apenas quando exigido pela Administração** está alinhada com as boas práticas de gestão contratual,

pe



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER LEGISLATIVO DE ITAPERUNA
Praça Getulio Vargas, n° 94 – 3° andar – Centro – cep: 28300-000
Telefax: (22) 3824 1263 – Itaperuna -RJ
www.cmitaperuna.rj.gov.br / E-mail: camara@cmitaperuna.rj.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
PROC. N° 0529
FLS: _____
RUBRICA: _____

resguardando o Poder Legislativo de inexecuções parciais ou ineficiência de atendimento remoto.

Trata-se, portanto, de cláusula **instrumental ao interesse público**, que não prejudica a concorrência, tampouco favorece empresas locais, como sugere a impugnante. Ao contrário, **assegura-se o equilíbrio entre a economicidade da contratação e a adequada prestação do serviço público.**

III. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, conclui-se que a **cláusula impugnada (item 4.2.1 do Termo de Referência)**, ao condicionar a presença física do preposto à necessidade justificada da Administração, **não viola os princípios da isonomia, razoabilidade ou competitividade, e não impõe restrição desproporcional ao certame.**

A redação da cláusula está em conformidade com os dispositivos da **Lei n° 14.133/2021**, com os precedentes do TCU e com os princípios regentes da Administração Pública.

Portanto, opina-se pelo **indeferimento da impugnação interposta pela empresa TRIVALE**, mantendo-se hígido o item 4.2.1 do Termo de Referência, por não conter vícios de legalidade nem configurar afronta aos ditames licitatórios.

É o PARECER.

Itaperuna/RJ, 11 de abril de 2025.

Luis Eduardo Machado Mattos
Procurador-Geral da Câmara Municipal de Itaperuna/RJ
Matrícula: 403687 – OAB/RJ 155.030

Câmara Municipal de Itaperuna
COMPROVANTE DE DESPACHO

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
PROC. Nº 0329
FLS: 15
RUBRICA: 9

ORIGEM

Local (Setor): LICITAÇÃO

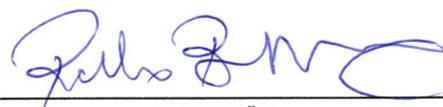
Lote Nº: 78519

Responsável: Ricardo Botelho Moreira

Data e Hora: 11/04/2025 16:07:44

Despacho: Ao Gabinete da Presidência (autoridade superior) para decisão quanto á impugnanção interposta

Câmara Municipal de Itaperuna, 11 de abril de 2025



LICITAÇÃO

PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO Nº - 329/2025 - Externo
Assunto: 001 - Gerais
SubAssunto: 062 - Recurso á Comissão de Licitação
Câmara Municipal de Itaperuna

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025.

RUBRICAMENTO

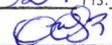
Local (Setor): GABINETE DO PRESIDENTE

Responsável: _____

Câmara Municipal de Itaperuna, __/__/____

GABINETE DO PRESIDENTE

Câmara Municipal de Itaperuna
COMPROVANTE DE DESPACHO

Câmara Municipal de Itaperuna
Proc. N° 0329 Fls. 20
Rubrica 

ORIGEM

Local (Setor): GABINETE DO PRESIDENTE

Lote N°: 78524

Responsável: PAULO CESAR DA SILVA

Data e Hora: 11/04/2025 16:20:55

Despacho: Presidente,
Decisão anexa, ao Departamento de Licitações e Contratos para providências.


Cintia Maria Campos da Silva Barroco
Chefe de Gabinete
Ato 04 de 02/01/2025 - Mat. 40369-5

Câmara Municipal de Itaperuna, 11 de abril de 2025

Paulo Cesar da Silva
PRESIDENTE
MAT. 40374-1
GABINETE DO PRESIDENTE

PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO N° - 329/2025 - Externo
Assunto: 001 - Gerais
SubAssunto: 062 - Recurso à Comissão de Licitação
Câmara Municipal de Itaperuna

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 01/2025.

RECEBIMENTO

Local (Setor): LICITAÇÃO

Responsável: _____

Câmara Municipal de Itaperuna, ___ / ___ / ____

LICITAÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER LEGISLATIVO DE ITAPERUNA
Praça Getulio Vargas, nº 94 – 3º andar – Centro – cep: 28300-000
Telefax: (22) 3824 1263 – Itaperuna -RJ
Site: www.itaperuna.rj.leg.br E-mail: camaraitaperuna@gmail.com

Câmara Municipal de Itaperuna
Proc. Nº 0329 Fls. 91
Rubrica Ces

Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Itaperuna
Praça Getúlio Vargas, nº 94 – 3º Andar
GABINETE DO PRESIDENTE

Decisão

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE ITAPERUNA, no uso de suas atribuições legais, decide:

Receber a impugnação da empresa TRIVALE INSTUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA quanto ao Edital de Chamamento Público 01/2025, cujo objeto do credenciamento é a prestação do serviço de administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de VALE ALIMENTAÇÃO, na forma de créditos a serem carregados em cartão magnético em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores ativos da Câmara Municipal de Itaperuna, para uso em estabelecimentos comerciais credenciados, como meio de pagamento para a aquisição de gêneros alimentícios, em obediência ao disposto na Resolução CMI Nº 556 de 14 de março de 1995, desta Casa de Leis e,

Após parecer jurídico da Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Itaperuna, NEGAR-LHE PROVIMENTO, indeferindo a impugnação interposta mediante a conclusão que a cláusula impugnada não viola os princípios da isonomia, razoabilidade ou competitividade e não impõe restrição desproporcional ao certame.

Itaperuna, (RJ), 11 de abril de 2025.

CAMARA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
Presidente Sr. Paulo Cesar da Silva

ASSINADO DIGITALMENTE
PAULO CESAR DA SILVA

A verificação com a assinatura pode ser verificada em
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

